

LABORATÓRIO FERREIRA DIAS

Laboratório de ensaios de alta tensão

CDU 338.92 : 621.3 (469)

Discurso do Engenheiro FERREIRA DO AMARAL

Director-Geral dos Serviços Industriais

Agradeço aos organizadores desta reunião, o favor de me terem consentido pronunciar algumas palavras, que pretendem traduzir o meu sentimento e acrescentar novas razões que justificam este acto.

Direi, antes de mais, que a Administração desta empresa, com a sua iniciativa, merece de todos incondicional louvor, por ter convidado, para sua casa, tão grande número de pessoas, determinadas no seu propósito de a acompanharem nesta festa de saudade. Muito obrigado por mim, que aqui venho com o coração nas mãos. A adesão do Governo, aqui representado pelas altas personalidades de V. Ex.^{as}, Senhor Ministro das Obras Públicas e Senhor Secretário de Estado da Indústria, a quem apresento os meus afectuosos cumprimentos, eleva a nível nacional a justa consagração da Memória do professor FERREIRA DIAS. A tanto, tenho a intenção de me associar com a exposição que vou fazer.

Está perante V. Ex.^{as} o Director-Geral dos Serviços Industriais. Nessa qualidade lhes estou a falar. O amigo, o admirador, o secretário do Sub-Secretário de Estado do Comércio e Indústria durante os anos de 1940 a 1944, um dos muitos colaboradores da sua grande obra a favor da indústria e da electricidade nacionais, são qualidades que não agrada chamar a esta sessão. Elas dizem-me muitas coisas, refletem-me íntimos sentimentos que vivem comigo e apenas murmuram palavras de saudade, que a outros não interessam, mas que quero ouvi-las só para mim, no recolhimento da minha consciência.

Cabe, todavia, ao director-geral dos Serviços Industriais observar, sem esforço, que o Professor FERREIRA DIAS foi um dos grandes doutrinadores do desenvolvimento económico do nosso País. Honrou-se em conhecer essas ideias, desde que elas foram criadas pelo alto espírito que hoje se homenageia, acreditar no êxito da doutrinação do seu Mestre, servi-la sempre com entusiasmo crescente e nunca se ter desviado, na sua acção pública, da linha

de pensamento que definiu o rumo do nosso desenvolvimento.

É intenção desta exposição levar V. Ex.^{as} a reflectirem comigo na doutrina, nas realizações, nos resultados, qual foi a obra do pensador doutrinário que baseou o alicerce do espectacular desenvolvimento industrial português.

Na pré-história da electrificação nacional aparece-me, pela primeira vez, o nome do jovem professor FERREIRA DIAS, estávamos no final dos anos vinte. Um grande Ministro do Comércio e Comunicações, Doutor JOÃO ANTUNES GUIMARÃES, portuense ilustre cuja acção como político é ainda credora de justa consagração, falou pela primeira vez na rede eléctrica nacional. O seu jovem chefe-de-gabinete, mais tarde ilustre Correio-Mór, eng. COUTO DOS SANTOS e o seu recém-formado secretário, eng. ALFREDO VAZ PINTO a quem, mais tarde, se ficou devendo a criação e o desenvolvimento dos transportes aéreos portugueses, apoiaram o Ministro na escolha dos membros do Conselho Superior de Obras Públicas a quem incumbiu a prometedora tarefa. Lembro os professores COUTO DOS SANTOS, pai, EZEQUIEL DE CAMPOS, engs. TABORDA FERREIRA e FERREIRA DO AMARAL. E, ainda, o mais jovem de todos, recém-professor do Instituto Superior Técnico, a aproximar-se dos trinta anos de idade, recordo-o bem na nossa casa do Candal, em noitadas de discussão e de entusiasmo, e gráficos espalhados pelo chão e pelas paredes, numa fúria genial de criar princípios e ideias, de rejuvenescer inércias, de lançar os rumos de uma vida nova no desenvolvimento económico da nossa terra.

Recordo o tema oferecido pelo Ministro à consideração daqueles técnicos, o qual ateou a chama do entusiasmo naquele moço de génio que a ele se entregou, de alma e coração, durante toda a sua vida.

«Electricidade para todos — de norte a sul do país — sem prejuízo para ninguém».

Assim nasceram, criadas por FERREIRA DIAS, as ideias mestras da electrificação nacional. Estávamos no ano zero da electricidade portuguesa.

Dez anos de luta, de estudo, de doutrinação. No começo dos anos quarenta o Subsecretário de Estado do Comércio e Indústria, sentado num pedregulho da margem do rio Zêzere, contemplava em imaginação a barragem de Castelo do Bode.

Testemunham esse alto momento de contemplativa predestinação os seus grandes amigos e colaboradores, o eng. CASTRO E SOLA, então Director-Geral de Minas e os engs. METELLO DE NÁPOLES, PAULO BAPTISTA E JOSÉ VALENTE, presentes como eu, nesse dia e nesse local quando a electrificação nacional despontava nos espíritos como uma alvorada de esperança.

O que foi a revolução nacional, no pensamento e nas obras, no capítulo da electrificação, adivinhou-a e doutrinou-a o professor FERREIRA DIAS em cada um dos instantes que encheram os curtos trinta anos que durou a sua vida pública.

No começo da última guerra mundial, estávamos, também, no ano zero da industrialização portuguesa.

No fim do verão de 1940, tomou conta da pasta da Economia, o então grande Ministro da Agricultura, DOUTOR RAFAEL DUQUE, a quem respeitosamente presto sentida homenagem, por tudo quanto o país ficou devendo à sua política, que rigorosamente testemunho, e que tornou possível a aceitação, a divulgação, a estabilização daquelas ideias de base que impulsionaram e realizaram a electrificação e a industrialização portuguesas. Foi o seu jeito político e a sua fé no alto valor das novas ideias que nos trouxe o homem de génio, escolhido para o acompanhar no Ministério da Economia, nos primeiros meses do inverno de 1940, que conseguiu criar a nova mentalidade industrial que viria a dar os seus frutos no vinténio que se seguiu.

Qual eram o pensamento nacional e a política que o servia, nesse ano zero da nossa industrialização, antes da revolução nos princípios e nas acções que influenciaram, e influenciam hoje, a vida industrial portuguesa?

«Portugal terá de viver essencialmente da sua actividade primária; no social, a indústria artesanal, tradicional na nossa terra, impede a criação do proletariado e da luta de classes, temos de dispersar as indústrias por pequenas actividades sem dimensão empresarial para que a produção agrícola ou industrial pouco ultrapasse o nível familiar. Assim se viverá em paz social e modestamente como é princípio desejável à modéstia dos nossos recursos. O Barreiro e a empresa que lhe deu vida e progresso são uma excepção que aflora como um erro que importa corrigir».

Era assim no ano zero. Os empresários industriais de agora — a pouco mais de uma vintena de anos dessa época — devem sorrir-se da ingenuidade das premissas postas então ao serviço da economia nacional.

É notável que, há tão pouco tempo tivesse sido assim; é quase, todavia, inacreditável que, nesta vintena de anos, o cariz da nossa produção industrial e os princípios que a informam hoje, se tenham transformado de tal modo, como efectivamente aconteceu. Mas se atendermos a que as novas ideias, os princípios da revolução industrial, que, de alto a baixo, transformaram a economia nacional, e os novos conceitos de dimensão necessária ao nosso desenvolvimento produtivo, nasceram no alto espírito do professor FERREIRA DIAS em reacção destemida e sàbiamente fundamentada contra as circunstâncias que determinavam, nos actos e nas ideias, o zero industrial, teremos de nos curvar perante a memória da genial inteligência que as criou.

Estávamos em pleno inverno de 1940, no ano zero da nossa indústria.

Os serviços competentes do Ministério da Economia tinham para resolução final os processos referentes à produção de margarina. Os requerentes eram dez. O pensamento político da época ditara a decisão final: autorizados todos os pedidos mediante a condição, imposta a cada uma das empresas, de não poder ultrapassar a produção anual de 100 t de margarina.

Assim se estruturaria uma indústria dispersa, pequenina, sem proletariado e as correspondentes lutas de classe, assim se atenderia de futuro à solicitação do mercado de consumo, na poética ilusão de que o mundo industrial que nos cerca, também é pequeno e canta o fado à guitarra, como nós. Já nessa altura os grandes mercados do Mundo eram abastecidos por unidades cuja capacidade anual ultrapassava as dezenas de milhares de toneladas.

Assisti, felizmente, à empolgante reacção do Professor FERREIRA DIAS. Nunca me esquecerei da posição de apoio que lhe deu então o Ministro da Economia. Lembro com infinita saudade a primeira conversa sobre o método e a acção industriais no sector da margarina, chamado ao gabinete, na cronologia da sua vida de Subsecretário de Estado, o primeiro colaborador de FERREIRA DIAS: o saudoso professor BRITO ARANHA, seu colega no Instituto Superior Técnico. Nasceu assim a primeira fábrica de margarina, com dimensão desejável, apoiada nas relações de amizade e na ligação possível mantidas através de BRITO ARANHA, apesar da guerra, com a indústria holandesa do sector. Nunca se poderia imaginar o que se passa hoje, à escala dos números de então. Estamos ainda abaixo de quase todos na dimensão produtiva das unidades europeias. Mas o mercado de consumo nacional, quantas vezes superior ao do ano de 1940, é totalmente coberto pela produção nacional. E estamos hoje em termos de exportarmos margarina para o Mundo.

Nas férias de Natal de 1940, inspirado no diploma, então em plena execução, que criou a concentração dos produtores de vidraça, com a instalação da COVINA e sua pro-

dução mecânica, o qual se ficou devendo ao maior de todos os apóstolos da Revolução Nacional, o Doutor PEDRO TEOTÓNIO PEREIRA, escreveu o Professor FERREIRA DIAS o seu primeiro relatório contendo a genial definição dos grandes princípios que conduziram à lei fundamental da industrialização portuguesa: a lei n.º 2005.

Deve-se ao Professor FERREIRA DIAS, em 1940, (penso que, pela primeira vez, na História de Portugal) a definição do conceito de base a partir do qual se alicerçou, nos vinte anos que se seguiram, o novo rumo, pela transformação das ideias e dos actos, da actividade económica nacional:

«O desenvolvimento da indústria portuguesa é uma necessidade da Nação, que é forçoso satisfazer em nome do legítimo direito de viver».

Em cima do enunciado deste programa sensacional e quase irreverente, perante um passado centenário de desconhecimento generalizado das possibilidades da indústria na actividade nacional e da sua necessidade no quadro da nossa vivência social, coube ao Professor FERREIRA DIAS definir os grandes objectivos da doutrina do nosso desenvolvimento industrial:

- baratear os custos de produção, permitindo a concorrência vitoriosa no abastecimento interno e na exportação
- pagar maiores salários aos trabalhadores e, em consequência, melhorar progressivamente a influência social dos empreendimentos
- reformar e modernizar os processos tecnológicos e atingir a melhoria necessária da actividade fabril que permita a fiscalização sistemática e a garantia da qualidade dos produtos.

A grande maioria dos que me escutam nesta sala, justamente porque não viviam ainda os problemas do nosso desenvolvimento industrial nessa época ultrapassada do ano zero da nossa industrialização, não está em termos de compreender o valor de génio que qualificaria quem ousasse, no inverno de 1940, nadar contra a maré consuetudinária e persistente que impelia para polos opostos a teoria do nosso desenvolvimento económico.

O grande mérito da reforma da mentalidade industrial do nosso País está em que ninguém se espanta hoje e muito menos reage, contra o enunciado de premissas e de doutrina de base, que são agora indiscutíveis e seguidas por quantos são responsáveis pela actividade industrial portuguesa devidamente dimensionada.

Mas a grande obra de doutrinador e de lutador de FERREIRA DIAS torna-se notável e ultrapassa a mortalidade do Homem, para nós que somos desse tempo, porque o grande filósofo do nosso ressurgimento económico, teve de nadar rijo, teve de nadar muito, contra essa tal maré polarizante do pensamento português, alicerçado, em matéria de con-

dicionalismo da expansão económica, na herança do palavroso atrazo que nos fora legado dos dois séculos passados. A maré foi vencida e não poucas vezes o hábil político que qualifica o atento Ministro de então, Doutor RAFAEL DUQUE, teve de deitar a mão ao lutador de génio que esbracejava na corrente.

Não será assim, Doutor LUCAS DE SOUSA? Adivinho que estão a testemunhar agora comigo a grandiosidade do génio criador de FERREIRA DIAS quantos a sentiram nos primeiros momentos da sua evolução e revêem esse passado de quase trinta anos, mas estão ainda de boa idade para que a memória do que se passou esteja bem viva nos seus corações. Não será assim, eng. VAZ GUEDES, eng. MÁRIO BOTELHO DE SOUSA? Não será assim eng. JOSÉ MACHADO VAZ? Eng. VEIGA LIMA? Eng. MONIZ DA MAIA? Eng. VARGAS MONIZ?

A industrialização do país decorreu na linha do pensamento — original na nossa terra — enraizado nos princípios conceituais criados pelo primeiro doutrinador da política industrial do Estado Novo e apoiado na noção de base de que a dimensão adequada é característica indispensável da empresa fabril.

O equipamento; a utilidade social da empresa; a qualidade definida da produção industrial; a expansão e consolidação de mercados; a idoneidade humana na gestão administrativa e técnica e no trabalho operacional; e a solidez financeira; constituem os factores essenciais que são característica necessária para que a indústria possa e saiba produzir bem, tenha rentabilidade económica desejável e atinja utilidade social progressivamente evolutiva.

Esses factores definem uma dimensão desejável para a empresa industrial. A grande luta intelectual do Professor FERREIRA DIAS pode traduzir-se por este conceito que afinal determinou o rumo que foi seguido na aplicação dos seus princípios vitoriosos:

O desfasamento entre o que era e o que deveria ser, é criador de energia reactiva que custa trabalho aos portugueses e o consumo inglório de qualidades e de dedicações nacionais, mas não traduz riqueza. É factor de potência que desejaríamos igual a um.

O Director-Geral dos Serviços Industriais, depois de ultrapassada a era quase heróica da doutrinação e da divulgação dos grandes conceitos de base do nosso desenvolvimento industrial, pode afirmar, conscientemente, que a execução e a política de realizações da doutrina criada pelo Professor FERREIRA DIAS seguiram sempre, sem desvios ou paragens significativas, a linha de rumo que ele definiu.

A aplicação prática da doutrina teve êxito evidente. Com efeito, apelo ainda para a maioria dos que se encontram nesta sala. São eles quem testemunhará que a mentalidade industrial portuguesa se modificou de alto a baixo no curto período de uma geração. Porque ninguém dos que aqui estão pode compreender ou apoiar uma linha

de pensamento motor do desenvolvimento industrial que não seja construída sobre os conceitos de base que caracteriza a doutrina.

É esta a sublimação da criação notável do grande promotor da nossa transformação industrial.

Direi mais, muito que pese a quantos pretendem demonstrar a deficiência da acção da Revolução Nacional no fomento industrial, que, no vinténio que decorreu desde 1945 até agora, os princípios e as regras contidas nos sábios propósitos programados foram plenamente alcançados e até ultrapassados pela compreensão e acção da parte do que realmente podemos considerar o sector secundário da actividade económica nacional. Com efeito, no que se refere à doutrina exposta no magistral relatório da proposta de Lei n.º 2005, não parece que possa haver quem duvide da realidade da sua expansão e completa aceitação em todas as hierarquias ou sectores da vida industrial. Basta ler o que então foi escrito, e traduz rigorosamente a conjuntura da época, e comparar o que se sente hoje, na influência daqueles princípios e na compreensão das necessidades do dimensionamento técnico, na generalidade dos sectores industriais.

Por outro lado, o que constituía aspiração longínqua no capítulo da criação de novas indústrias, foi ultrapassado pelas realidades de um vinténio de iniciativas e de feitos, que nos levam a deduzir, com rigor, que não seria provavelmente possível alguma nova actividade viável nas circunstâncias nacionais, para além daquelas que foram criadas e iniciaram a sua exploração neste período de dinâmica expansão da indústria portuguesa.

Como decorreu a aplicação dos princípios de base à reorganização das indústrias existentes?

É difícil perceber a razão por que sempre se entendeu a reorganização de cada sector industrial como o conjunto de regras que forçasse as indústrias existentes, por imposição do poder político, a concentrarem-se e a instalarem novas unidades fabris obedientes aos princípios de renovação tecnológica fixados pelo Estado. Se assim fora, obviamente, a demonstração do fracasso seria facilíssima, porque, (salvo duas ou três excepções) em nenhum sector da indústria nacional o Governo decretou ou impôs qualquer concentração empresarial ou fabril.

Quase me atrevo a propôr, como utilíssima homenagem que deveríamos prestar à saudosa memória de FERREIRA DIAS, o relemos, cada um de nós, o relatório e a parte dispositiva da lei de Fomento e Reorganização Industriais. Nenhum dos que o fizerem encontrará qualquer disposição ou princípio que conduza à exclusiva solução de execução forçada de concentrações ou feitos similares.

Está efectivamente instituído o princípio da efectivação de estudos sectoriais em profundidade e da necessidade da reorganização estrutural de cada um dos sectores, em termos de serem criadas fontes de produção industrial suficientemente dimensionadas (na lata compreensão do qualificativo). É este o objectivo da reorganização.

O método de o alcançar, a própria lei deixa-o à escolha de quase umas dezenas de opções entre as quais (por intencional coincidência, a última enunciada) é realmente a imposição forçada dos actos conducentes à reorganização desejável.

Tem sido cumprida (ninguém o pode negar com verdade) a disposição legal que determina a efectivação de cuidadosos estudos sectoriais, com extensão que praticamente cobre todas as necessidades reconhecidas na generalidade da actividade industrial. Com a colaboração das entidades privadas, aqueles estudos foram levados até ao fim e muitas dezenas de observações e regras orientadoras constam de relatórios de conhecimento geral, aplicáveis a outros tantos ramos da indústria.

E, daqui, o que resultou no campo das realizações práticas?

Se nos fixarmos na definição de dimensão desejável, implícita nos princípios e nas regras dispositivas da lei — aspiração máxima vivida pela doutrina exposta pelo Professor FERREIRA DIAS, — teremos de observar, se o fizermos com fundamentado conhecimento de causa, que, são raros os sectores da vida industrial portuguesa onde as unidades industriais efectivamente representativas da produção fabril do País, não tenham atingido a dimensão possível no tríplice aspecto, do seu equipamento tecnológico actualizado, na sua gestão administrativa e técnica, na extensão e garantia dos seus mercados de produtos de qualidade definida.

No campo da indústria do material eléctrico, a comprovação dos factos pode fazer-se sem sair daqui: Olhe-se em redor de todo este empreendimento; basta pensar no que se vê, para alcançar a prova.

Se a conjuntura nacional é esta, no que respeita, na generalidade, à estrutura de cada um dos sectores da indústria, se as unidades dimensionadas representam efectivamente os polos responsáveis pelo produto nacional do sector secundário, se as muitas centenas de unidades marginais existentes quase já não contam como meios de produção industrial na conjuntura dos mercados ou na sua projecção social, se a situação era diametralmente oposta, antes da aplicação dos bons princípios e dos estudos realizados, como poderemos classificar e avaliar os resultados da obra de reconversão da indústria oferecida ao País pelo génio de FERREIRA DIAS?

DUARTE PACHECO, o grande criador da *dimensão* na obra pública do Estado de Salazar.

FERREIRA DIAS, o grande filósofo e doutrinador da *dimensão* na economia industrial portuguesa.

Envolvamos a memória desses dois grandes valores da história contemporânea de Portugal, no mesmo manto de respeitosa saudade e de incondicional admiração.